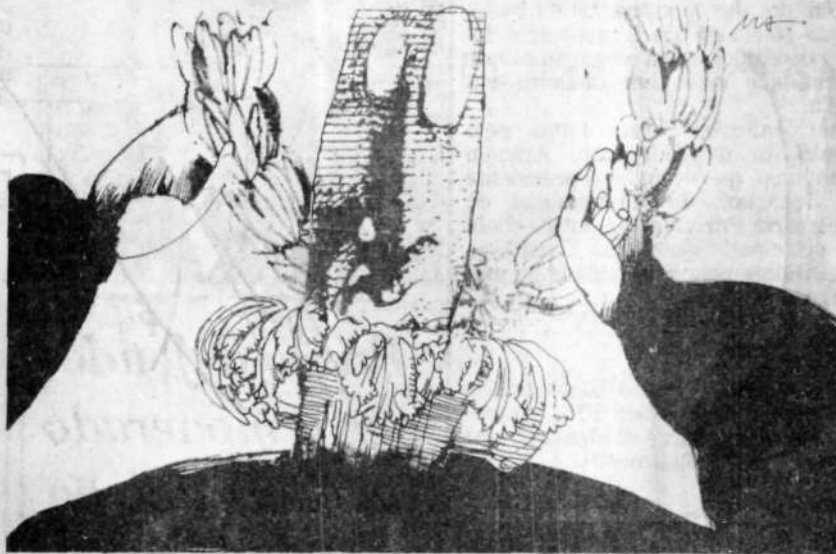


Tendências/Debates

Os artigos publicados com assinatura não traduzem necessariamente a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Ser e não ser estadista

FLORESTAN FERNANDES



O atual governo proclamou-se uma "Nova República". Contudo, ele nada tem de novo. Também não é uma República. Surgiu e manteve-se como a última forma da ditadura, na fase de "liberalização maciça" e de decomposição. Desde o início, foi o produto da covardia política das elites, no poder ou na oposição. Tinha, no cume, um presidente biônico e na base um conglomerado de interesses dispares. Parecia sustentar-se em uma forte e ampla Aliança Democrática, que continha um programa e propunha-se criar uma República democrática de tipo burguês. De fato, o programa constituía uma fraude e o regime nascente erigia-se como mero biombo para a continuidade do estado de coisas anterior. Seu único objetivo consistia em prolongar a "transição lenta, gradual e segura". Em Cuba, no passado, chamava-se um presidente em tais condições de "o outro". Aqui, nem isso se poderia dizer, porque o Colégio Eleitoral indigitara ritualmente o "presidente" e seu vice. Mas, quem comandava era um grupo, que eu já designei como o "dispositivo" (uma composição civil-militar, na qual prevalecia um centro de decisões coletivo).

Dois partidos despontavam como a grande inovação brasileira desse esquema latino-americano que, finalmente, alcançava o Brasil. O PMDB, o fiador popular da "transição democrática", que se livrava sofregamente da armadura de paladino da rebelião democrática, deixava a nu que, dentro dele, se represaram forças antinômicas: ao lado da oposição corajosa, à la Teotônio Vilela (ou, melhor, à la Pedrosa d'Horta), se acumulava uma vasta e complexa rede de fisiologismo insatisfeito, que podia subir à tona e usar a "transição democrática" como caríssima mercadoria política. O PFL, partido de duas faces e um só coração: pregava puritaneamente sua fidelidade ao liberalismo, enquanto ficava de olho na flutuação da contabilidade política. Não se dispunha a perder um tostão da influência e do poder conquistados na máquina do Estado sob a ditadura; e queria um alto preço por seu apoio à "transição democrática", da qual se considerava o beneficiário-mor, já que jogava tudo nas fichas da conciliação. Os dois pilares da Aliança Democrática não só se chocavam. O crescimento de um provocaria o perecimento do outro... O Brasil e o orçamento da "Nova República" eram pobres demais para unir e

financiar duas forças dessa envergadura, dotadas de tamanho apetite. As eleições decidiram quem contava com a preferência popular e puseram o presidente contra a parede. O tripé que o instalara, por vias imprevisíveis, na cadeia presidencial, reduzia-se, na verdade, a um lado solto do triângulo: ele estava à mercê dos chefes militares, que não cobravam pelo apoio decisivo, mas precisavam ser bajulados zelosamente e atendidos como e enquanto um estamento social, imantado no centro de poder.

Esse quadro não é uma novidade. Descrevi-o logo no nascedouro ("Nova República?", publicado por Jorge Zahar Editor em 1985 e 1986). A evolução ulterior comprovou que, para a nossa infelicidade, ele possuía existência objetiva e não se dissolveria facilmente. Como "negócio político", da burguesia nacional e estrangeira e dos dois partidos da ordem, se o processo não se prolongasse haveria o risco de destruir-se a "transição democrática", o último e o melhor fruto da ditadura militar. Extingui-la rapidamente seria matar a galinha dos ovos de ouro. Ninguém saíra satisfeito, porém pior seria "dar saltos" dentro ou através de uma transição "delicada". Resultado: o presidente ficou prisioneiro de compromissos que ele "não podia trair", feitos sem saber que iria passar muito depressa da condição de figurante secundário para a de personagem principal. Amante da retórica, levou avante como lhe foi possível uma atrevida farsa política. No entanto, ficou com o pior quinhão. Podia gorgear e voar à vontade — dentro da gaiola. E nada chegava à gaiola de graça...

Portanto, o presidente tinha razão em seus queixumes. Aquele seu estranho discurso à nação não era só uma exibição sadomasoquista. Como e enquanto pessoa, cansou-se de ser "o outro". Quer ser ele próprio e "presidencial". O dilema, contudo, é que ele está atado a dois pólos, que não se desfazem por simples "amor à Pátria" ou por "devoção ao presidente".

Em primeiro lugar, há o "mercado político". A política como forma de negócio contém as suas regras (e também as suas cadeias). Se o presidente fosse um estadista, ele teria mandado tudo às favas, vinculando o seu destino à Assembleia Nacional Constituinte, por cima e, se fosse necessário, contra a "Aliança Democrática" (leia-se: PMDB e PFL) e o "dispositivo". Como ele não é um estadista, viu na ANC um núcleo de poder concorrente e o inimigo número um, a derrocada do que lhe restava de "autoridade" e de "poder presidencial". Escolheu a desdita, para si, e o desgaste da ANC, comprometendo e solapando o processo constituinte. Perdeu a nação e a democracia.

Em segundo lugar, há a "transição democrática". Esta significa muitas coisas: conciliação conservadora; dominação política e hegemonia ideológica de determinados estratos da burguesia nacional e do sistema capitalista mundial de poder; uma relação invariável da "liberalização progressiva" com o vértice militar etc... Para que tudo isto fosse pelos ares, seria imperativo que a burguesia nacional travasse uma luta de vida e de morte com o sistema capitalista mundial de poder, com a

retaguarda garantida pelo vetor militar. Ora, burguesia nacional não é nem nacionalista nem conquistadora: ela é tão internacionalizada quanto o seu mundo de negócios e de privilégio da iniciativa privada... Ela repele o mais tênue "mudancismo" do PMDB! Teme a civilização e a democratização da sociedade civil e, por isso, abomina a ANC, com as ameaças que ela pressupõe de modernização controlada a partir de dentro (com reforma agrária, reforma educacional, reforma urbana, combate à miséria etc.). Essa burguesia não se tornou conservadora por ser pró-imperialista; é pró-imperialista por ser ultraconservadora e reacionária. Em consequência, a "transição democrática" não oferece alternativas ao presidente. Se ele fosse um estadista, iria ao povo e à ANC em busca de independência e de auto-affirmação. Como ele não é, continua preso a miragens e à imolação pública do ego.

A presente descrição evidencia que estão frente a frente (embora não inevitavelmente em confronto) dois centros de poder. Um, que poderia desprender-se do impasse negando os compromissos assumidos fisiologicamente com o PMDB e com o PFL, em nome de uma "transição democrática" fechada no topo do poder de classe da burguesia e circunscrita à reprodução do Brasil como periferia do sistema capitalista mundial de poder. Outro, que é a ANC, teve a sua soberania conspurcada e espezinhada pelo Palácio do Planalto e se acha manietada pelos dinamismos burgueses da luta de classes. Os dois poderes poderiam convergir e entrar-se, fortalecendo-se e autonomizando-se reciprocamente. Porém, isso é impossível, porque os partidos da ordem (e por trás deles os interesses capitalistas das classes dominantes nacionais e estrangeiras) o impedem. Bastaria ao presidente caminhar umas centenas de metros e apresentar-se aos constituintes: eu estou aqui, ao lado da nação e do povo! Para isso, teria de quebrar o pacto conservador que o condenou a ser o "outro". Reproduziria a famosa frase: "Presidente sou..." etc. Se ele fosse um estadista, sem dúvida o teria feito! A questão é que não se é um estadista só por um ato de vontade. E muito menos quando se pratica duramente e com visível prazer (ou vocação) a política como forma de negócio.